



O CONCEITO DE “ERRO” NA LÍNGUA PORTUGUESA¹

Creuledi Ferreira Pertele (PPGL-UNEMAT)
creufpeterle@gmail.com

Janaina de Lima Silva (PPGL-UNEMAT)
jany251@hotmail.com

José Bráulio Silva-Junior(PPGL-UNEMAT)
josebrauliojunior@hotmail.com

Simonne Pereira da Silva Ribeiro (PPGL-UNEMAT)²
simonneribeiro@gmail.com

A Língua Portuguesa, objeto de estudo, da qual ocupa-se a Linguística, é imprescindível, pois a mesma emerge da relação entre Língua e Sociedade, que oferecerá, sobretudo, aporte para os estudos Sociolinguísticos. No que se refere à língua, é possível elencar duas concepções: a primeira é de caráter científico (formal); a segunda, do senso comum, com compreensões arcaicas do que é linguagem e repleta de preconceitos, que delimita, por exemplo, o que seria o certo e o errado.

Bagno (2007), pondera no texto “Nada na língua é por acaso: ciência e senso comum no ensino de língua materna”, que à ciência da linguagem, não há erro na língua. Primeiramente, para o autor, a língua é definida como um sistema de sons e significados, que se organizam sintaticamente de tal forma que possibilita a comunicação humana, assim, é possível afirmar, que toda e qualquer interação linguística cumpre essa função.

A noção de erro, comumente tratada em compreensões do senso comum sobre a língua, apenas se sustenta em um caráter cultural e social, em estudos formais da língua,

¹ Ensaio produzido na Disciplina “Sociolinguística”, ministrada pela Profa. Dra. Cristiane Schmidt, no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso, em 2019.1.

² Pós-Graduandos em Linguística no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* (Mestrado e Doutorado) da Universidade do Estado de Mato Grosso – Carlos Alberto Reyes Maldonado (UNEMAT), Câmpus Universitário “Jane Vanini” em Cáceres-MT.

fonética e fonologia morfológica, sintaxe o valor de certo ou errado não são prioritários. Mas de onde surge essa compreensão de certo e/ou errado para a língua?

[...] No século III a.C., com a expansão do império grego surge a necessidade de normatizar a língua oficial, ou seja, padronizá-la em todas as regiões, fazendo da língua um instrumento de unificação política e social. Essa tentativa de unificação da língua em todas as regiões e esferas sociais é sustentada até hoje, em especial nas aulas de língua, livros de gramáticas. (BAGNO, 2007, p. 8).

O autor, ao refletir sobre o que é a gramática tradicional e nas formas de ensino da gramática tradicional, conclui que são arcaicas e baseadas em preconceitos de uma sociedade hierarquizada e oligárquica, pois a língua exemplar, a correta, seria a língua das classes elitizadas: do sexo masculino, membros da elite cultural econômica.

Bagno (2007), ainda afirma, que os primeiros gramáticos tradicionais observaram as distinções entre a língua escrita e a língua oral. Para os primeiros gramáticos, a língua escrita, presente no livro dos grandes autores e filósofos, era organizada, bem formulada, assim merecia ser estudada e preservada como exemplo de “bom uso” da língua oficial; já a língua oral era espontânea, logo caótica. Outro argumento contra a linguagem oral era suas nítidas variações. A língua oral era repleta de variações, de gênero, regionais, idade, dentre outros, e supostamente “corrompiam” a língua.

Assim, os primeiros gramáticos tornaram como “tradição” no ensino de língua, os conceitos de erro e correto. Ao qual, aquilo que não fosse sistematicamente semelhante à língua escrita, fosse de produção espontânea, apresentasse variações de regionalismo, por exemplo, seria (e ainda é), considerado errado.

Tendo como principal objetivo de a língua ser veículo de comunicação, usada na vida diária, a língua é, também, objeto científico, do qual se ocupará a Sociolinguística. Conforme propõe os estudos Labovianos não há teoria ou prática Linguística bem-sucedida que não seja social, na assertiva de que a língua não se “localiza” na mente de seu falante, mas no seu uso por uma comunidade de falantes. Para a realização dos



estudos sociolinguísticos o material tem que ser a fala real, aquilo que as pessoas realmente dizem em suas discussões, brincadeiras, no seio social.

Ainda no pensamento Laboviano e na concepção da língua enquanto realização social, lança-se mão às “ferramentas linguísticas” (palavras e frases), no campo da pesquisa sociolinguística, estas são empregadas com funções que podem ser socialmente definidas, sendo a mais geral delas, a comunicação. O uso das “ferramentas linguísticas” é elucidado, explicado em termos linguísticos e também em termos sociais. (MENDES, 2013).

A língua falada é heterogênea e variável apresentando como hipóteses de sua variação: a) duas ou mais formas de dizer a mesma coisa; b) qual é o significado da variação linguística. (MENDES, 2013). Nesse contexto, as instâncias de concepções de gramática tradicional de uma língua deverão ser ocupadas pelos dados da fala oferecida pelas pessoas.

Imersos em comunidade escolar de tradicionalismo gramatical, os sujeitos falantes da Língua Portuguesa apresentam avaliações acerca dos usos linguísticos e muitas dessas avaliações dão-se preconceituosamente. Ou seja, o uso linguístico de um dado grupo de falantes, que cause estranhamento, poderá ser entendido como inadequado, menos prestigiado e até mesmo como “erro”. Eis o preconceito linguístico instaurado dentre os sujeitos falantes de uma mesma língua, a portuguesa, com mais, ou menos acesso à variedade padrão.

Impressões e avaliações preconceituosas acerca dos usos linguísticos pelo sujeito/falante são ocorrências frequentes pelas comunidades de fala. O que reitera o papel do sociolinguista de descrever e explicar os significados sociais dos usos linguísticos.

Nas possibilidades de usos da língua e, remontando o ensino da gramática tradicional em âmbito escolar, muitas vezes, deparamo-nos com a oposição certo/errado, o que para a sociolinguística seria as possibilidades que uma língua oferece de dizer a mesma coisa. Esses dizeres serão constituídos de valores, significados sociais associados à língua. Exemplo disso, é o emprego da variante “s” como marca do



plural. Para muitos, a sentença “Nós estamos tratando de linguística” seria apontada como ERRO, pela supressão do “s” na marcação do plural. A esta supressão, na ausência da concordância, demarcaria como ausência da variante de prestígio “s”. Tal fato poderá ser entendido, como sem prestígio, pelo ensino da norma-padrão ensinada nas escolas. Desmerecendo as possibilidades de dizer a mesma coisa que está à disposição do sujeito falante.

Não é papel da escola, apontar, rechaçar a fala do aluno, imbricada de variantes linguísticas que o mesmo adquiriu no seio familiar, entre amigos, como “erro”, mas sim, permitir que o aluno conheça, entenda, aprenda com a bagagem linguística que ele trouxe da vida privada e, ainda, que saiba discernir os momentos deste ou aquele modo de fala.

Segundo Bagno (2007), para as ciências da linguagem, não existe erro na língua, assevera:

Todo e qualquer uso que escape d[esse]o modelo idealizado, toda e qualquer opção que esteja distante da linguagem literária consagrada; toda pronúncia, todo vocabulário e toda sintaxe que revelam a origem social desprestigiada do falante; tudo que não conste dos usos das classes sociais letradas urbanas com acesso à escolarização formal e à cultura legitimada. (BAGNO, 2007, p. 15).

O preconceito linguístico, intrinsicamente ligado ao prestígio da língua, oriundo do ensino da Gramática Tradicional, deverá ser revisto, uma vez que o uso da língua cumpre seu papel primordial como sistema de sons e significados organizados, e que permitem a interação humana, com isso dá-se lugar à sociolinguística que poderá ater-se às comunidades falantes para detectar as estabilizações das variantes, bem como, seus significados.

Tarallo (2005), aponta que a língua falada é heterogênea e variável. A variabilidade da fala é passível de sistematização. Língua falada é um sistema variável de regras. Ao sistema de variação devem corresponder tentativas de regularização, de normalização.



A língua escrita surgirá como insígnia da regularização da Língua Portuguesa veiculada na escola, reflexo da norma-padrão do português. Contudo, mesmo com a unificação da língua nacional, pode-se verificar a presença de variáveis de fala nos meios de comunicação de massa. Aqui, reitera-se que a noção de “erro” dos usos linguísticos, e o preconceito linguístico deverá dar lugar para o papel fundamental da língua que é a interação humana.

Como propositura para o processo de ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa, no âmbito da sociolinguística, Bortoni-Ricardo, assevera que:

O bidialetalismo do professor tem certamente um efeito muito positivo no estabelecimento de um bom relacionamento com os alunos e, conseqüentemente, na construção conjunta da atenção durante as tarefas de sala de aula, o que contribui para o rendimento do trabalho escolar (BORTONI-RICARDO, 1993, p. 78).

O conceito e emprego do bidialetalismo da língua materna, aproximaria a relação professor-aluno no processo ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa, o que permitiria a redução da aplicabilidade da noção, tanto preconceito linguístico, quanto da noção de “erro”, uma vez que seria possível associar os usos linguísticos dos alunos e, também professores, ao ensino objetivado pela escola. As características da modalidade oral da língua seriam enfatizadas na escola, o que facilitaria a transição para a variedade padrão da língua nas modalidades oral e escrita.

Soares (2000), propõe o bidialetalismo funcional para transformação, apropriando-se professores e alunos da modalidade oral da língua para dar início aos estudos da variedade padrão. O aluno passaria a trazer para o contexto escolar a sua realidade de uso linguístico, para, a partir daí, conhecer, saber, explicar a variedade padrão proposta. (SOARES, 2000).

Partir-se-ia da premissa da língua constituída e organizada sintaticamente objetivando a comunicação, interação entre os falantes para chegar a conhecer a variante padrão. Com isso, os falantes poderiam aprender adequar o falar a cada situação de uso, podendo “funcionar” socialmente, enquanto bidialetais e, ainda, propondo a transformação da relação entre língua e sociedade, no que tange à noção de



“erro” e do preconceito linguístico. Como propõe Soares (2000), o aluno se libertaria da sua marginalidade linguística, podendo adaptar a língua como exige a sociedade.

Enquanto estudiosos da sociolinguística entendemos que o ensino de língua materna deve estar presente no ensino de todas as matérias, não podendo os demais professores esquivar-se do compromisso deste ensino. É papel do professor de Língua materna ajudar o aluno na percepção dos usos linguísticos mostrando-lhes a razão por estar ensinando; objetivando, sobretudo, as transformações sociais que busque uma sociedade mais justa e necessária, que possa tratar os iguais falantes da língua materna sem desigualdades no que se refere ao uso linguístico do prestígio social da variante padrão.

Assim, compactuando com Tarallo (2005), é preciso entender a concepção do ensino de língua considerando que os sujeitos transformadores requerem conhecimento teórico e metodológico no campo da Sociolinguística. De certo modo, a heterogeneidade na língua falada se caracteriza como um estado de aparência, visto que essa heterogeneidade depreende de um sistema que é devidamente estruturado!

REFERÊNCIAS

- BAGNO, M. **Nada na língua é por acaso**: por uma pedagogia da variação linguística. São Paulo, SP: Parábola Editorial, 2007.
- BORTONI-RICARDO, S. M. **Educação em língua materna**: a sociolinguística na sala de aula. São Paulo, SP: Parábola Editorial, 2004.
- _____. **Educação Bidialetal – O que é? É possível?** IN SEKI, Lucy (Org.). Linguística indígena e educação na América Latina. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993.
- DUBOIS, J.; et al.; **Dicionário de Linguística**. 16. ed., São Paulo, SP: Cultrix, 2004.
- HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro, RJ: Objetiva, 2008.
- MENDES, R. B. Língua e variação. *In*: **Linguística? Que é isso?** São Paulo, SP: Contexto, 2013.
- SOARES, M. **Linguagem e escola**: Uma perspectiva Social. 17. ed., 2. impr., São Paulo, SP: Ática, 2000. (Série Fundamentos).

TARALLO, F. *A pesquisa Sociolinguística*. 3. ed., São Paulo, SP: Ática S.A., 2005.

Recebido Para Publicação em 24 de setembro de 2019.
Aprovado Para Publicação em 30 de novembro de 2019.